

PRODUTORES FLORESTAIS



Nº 13 Março 2024 www.produtorestlorestais.pt

 [produtorestlorestais.navigator](https://www.facebook.com/produtorestlorestais.navigator)

 [produtores_florestais](https://www.instagram.com/produtores_florestais)

 [Produtores Florestais](https://www.youtube.com/Produtores Florestais)

A UNIÃO FAZ A FLORESTA

A união entre os atores do setor florestal fortalece a posição de todos e permite enfrentar desafios com maior eficácia. Trabalhando em conjunto, é mais fácil implementar estratégias para promover práticas de silvicultura sustentáveis e para proteger os interesses comuns, garantindo uma voz coletiva mais robusta.

OFERTA
GUIA FLORESTAL

3º fascículo (atualizado de acordo com o ORÇAMENTO DO ESTADO 2024)

ÍNDICE

Junte-se ao Clube Produtores Florestais Navigator. Saiba como e quais as vantagens.

págs. 4 a 11

Modelos de gestão agrupada para promover melhor floresta.

págs. 12 a 13

Trabalhar em conjunto por uma floresta mais sustentável, resiliente e diversa.

págs. 14 a 20

Consultório Técnico – Boas práticas na preparação do terreno

pág. 21 a 24

Certificação em Cadeia de Custódia assegura rastreabilidade dos produtos florestais.

pág. 25

FenaFloresta e CAP falam sobre os desafios do associativismo florestal.

págs. 26-27

José Gaspar, presidente do Conselho de Administração da FlorestGal, em entrevista.

págs. 28 a 31

Balcão Único do Prédio (BUPi) ajuda a conhecer o território.

pág. 32-33

Notícias – Seminário Segurança no Trabalho Florestal regressa a 9 de abril; Regulamento Anti-Desflorestação da União Europeia é aplicado a 30 de dezembro.

págs. 34-35

Finanças & Fiscalidade – O impulso do Programa LIFE para o setor florestal nacional.

pág. 36-37

Consultório Jurídico – Os seguros no exercício da atividade florestal.

pág. 38

Poder Local – Três perguntas a José Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

pág. 39



SEMENTEIRAS PARA AUMENTAR A BIODIVERSIDADE

Numa altura em que os polinizadores se encontram em declínio a nível mundial, a Herdade de Espirra, propriedade da The Navigator Company em Pegões, Setúbal, está a realizar sementeiras para atrair insetos. Um projeto que pretende contribuir para o aumento da biodiversidade.

UM NOVO CLUBE PELO FUTURO DA FLORESTA

A floresta portuguesa, fragmentada num sistema de minifúndio, é pertença de cerca de 400 mil proprietários. São muitos, o que reduz a sua força e se reflete numa fileira envelhecida e pouco capacitada. Essa dispersão, entre outros fatores, tem dificultado uma gestão efetiva e sustentável, e limitado a concretização de todo o potencial que este ativo tem para o País. Foi para transformar este cenário que nasceu o Clube Produtores Florestais Navigator, uma iniciativa da The Navigator Company que, sob o lema “A União faz a Floresta”, representa uma nova esperança no futuro de um setor vital para a economia nacional.





▲ Evento de lançamento do Clube Produtores Florestais Navigator.

Apenas dois meses após o seu lançamento, que aconteceu no final de novembro do ano passado, o Clube Produtores Florestais Navigator tem já perto de 150 membros. A rapidez e o volume da adesão a este novo projeto são reveladores da necessidade, sentida transversalmente pelos parceiros do setor, de um movimento com o carácter mobilizador que está na génese do Clube. A perceção dessa necessidade foi uma constante em todo o processo de cocriação do Clube, no qual a The Navigator Company envolveu vários membros fundadores, num trabalho colaborativo. Num contexto de desertificação do interior, de abandono da floresta e de preponderância do minifúndio, tornava-se urgente a cooperação que o Clube Produtores Florestais vem propor. E é precisamente esse o sentido do seu lema orientador – “A União faz a Floresta”.

Sendo que cerca de 98% da floresta portuguesa corresponde a propriedade privada ou comunitária – com cerca de 400.000 proprietários –, torna-se evidente o impacto que pode vir desta união, que permitirá a obtenção de ganhos de escala e, não menos importante, trabalhará na capacitação dos vários agentes da fileira.

“Queremos, através do Clube, continuar a promover um aumento de área de floresta com gestão efetiva,

e queremos que este seja um motor de aceleração da capacitação do setor”, afirma Paulo Santos, Coordenador do Clube Produtores Florestais Navigator. “Para isso, precisamos de trabalhar com os nossos parceiros, no sentido de fortalecer o seu nível de sustentabilidade e competitividade a médio e longo prazo”, acrescenta. “Porque só com empresas capacitadas e competitivas vai ser possível termos uma floresta eficiente no futuro. É para o futuro que estamos a trabalhar”, conclui.

Como vai o Clube transformar a floresta em Portugal?

Para conseguir atingir os seus objetivos e ter o efeito transformador que se propõe, o Clube Produtores Florestais Navigator vai focar-se em cinco grandes áreas de atuação, sempre numa lógica de mais proximidade, maior investimento e reforço do compromisso entre parceiros:

- Maximizar a produtividade;
- Atuar em escala;
- Garantir custos eficientes;
- Capacitar os agentes;
- Valorizar os ativos.

Sejam produtores ou associações florestais, prestadores de serviços ou fornecedores de madeira, todos os membros encontrarão soluções para os desafios do seu negócio. “Pela nossa dimensão e

estrutura, conseguimos que o Clube preste apoio a vários níveis, numa relação de confiança entre as partes, a quem está numa fase de crescimento: tanto através da formação e desenvolvimento de competências, muitas vezes não técnicas, como a nível de investimentos, diminuição de custos, ou ainda temas administrativos, que muitas vezes se tornam obstáculos à consolidação de uma pequena empresa”, explica Paulo Santos. Porque a floresta é um ativo que traz às comunidades valores e impactos positivos que extravasam o plano

económico, com todos os serviços de ecossistema que lhes presta, faz sentido que o Clube aspire e apele ao envolvimento da sociedade como um todo. Cada organização e cada cidadão podem ter o seu papel ativo na promoção desta iniciativa. Porque quanto mais força tiver o Clube, menor será a área de floresta abandonada e maior será aquela onde existe uma gestão ativa, que diminui os riscos de incêndio e aumenta o sequestro de CO₂, que promove a conservação da biodiversidade e combate a desertificação do interior. **PF**

VISITA GUIADA AO SITE DO CLUBE PRODUTORES FLORESTAIS



Ao fazer o registo no site do Clube, vai ter acesso a inúmeras áreas que se encontram ocultas para um visitante comum. A ideia é que esta plataforma se torne a sua porta de entrada para todo o universo Navigator. Se entrar no site com o seu registo, vai encontrar zonas onde pode:

- Consultar e solicitar os seus benefícios;
- Consultar e solicitar o acesso a **programas** de apoio Navigator;
- Solicitar proposta de **Arrendamento e Compra de Terrenos Florestais**;
- Aceder à Biblioteca de Conhecimento, onde estão reunidos dezenas de artigos, divididos por temas – a instalação, exploração e manutenção de eucaliptais; as tecnologias aplicadas à floresta; e a bioeconomia de base florestal;
- Fazer o download de publicações técnicas ou solicitar o seu envio em formato papel.

Sabia que pode, através do site do Clube, aceder ao Programa Premium e obter apoio técnico, por parte de uma equipa especializada, em qualquer fase da vida útil do seu eucaliptal? Se tem dúvidas, por exemplo, sobre como promover a fertilidade do solo ou como combater determinada praga, submeta o formulário e aguarde a visita dos técnicos. Mas há mais programas de apoio. Registe-se e descubra-os.

Sabia que, através do site do Clube Produtores Florestais, pode pedir uma proposta de arrendamento ou venda do seu terreno florestal? Insira a localização, junte-lhe a caderneta predial e aguarde a resposta por parte da The Navigator Company, que fará uma gestão ativa, sustentável e profissional da sua floresta.

“SE QUEREMOS POTENCIAR O VALOR DA FLORESTA, TEMOS DE APOSTAR NESTA UNIÃO”

Paulo Santos, Coordenador do Clube Produtores Florestais Navigator, explica a estratégia que está na base da criação do Clube e o impacto positivo que pode vir a trazer ao setor florestal e ao País.

Qual o contexto que levou a Navigator a sentir a necessidade de uma iniciativa como o Clube Produtores Florestais?

Nos últimos 20 anos, Portugal assistiu a um verdadeiro definhamento da sua floresta. Temos demasiada área abandonada, enquanto o *Eucalyptus globulus*, que é um dos maiores fatores de competitividade de que a floresta portuguesa dispõe, não está a ser devidamente potenciado. Mas não se trata apenas de eucalipto. Todo o setor que está associado à floresta assiste, de uma forma transversal, a uma ausência de competitividade empresarial. Temos de reverter esta tendência, tornando-o um setor mais atrativo.

Como vai o Clube ter esse efeito transformador?

Criando as condições para que um conjunto de fatores se tornem realidade: mais formação e partilha de conhecimento, rejuvenescimento do parque de máquinas, aumento da rentabilidade, e atração das novas gerações, trabalhando junto das universidades. Temos de fazer com que os jovens vejam na floresta uma oportunidade com futuro. Se conseguirmos tudo isto (conhecimento, investimento, pessoas), vamos assistir a um rejuvenescimento natural do setor. Vamos ter mais empresas, que sabem trabalhar melhor, com equipamentos mais avançados e com mais pessoas formadas. Só então poderemos ter uma floresta com gestão ativa e eficiente.

Que benefícios poderá o Clube potenciar a um nível mais macro, do ponto de vista de toda a sociedade?

Sabemos que a gestão florestal ativa é o grande pilar da sustentabilidade da nossa floresta. Tudo o que conduza ao aumento da área sob gestão ativa é um motor de sustentabilidade da floresta nacional. Mas há mais. Há a dinamização da economia fora dos grandes centros, porque é lá que estão os fatores de competitividade. Se fizermos crescer os agentes do setor, estamos a promover o crescimento económico fora dos grandes centros. Quando falamos de sustentabilidade associada à floresta, falamos também da redução do CO₂ na atmosfera, por via da diminuição do risco de incêndio, mas igualmente através do aumento da captação. Uma floresta bem gerida tem mais fibra e, por isso, é maior a sua capacidade de sequestro de CO₂, sendo que o eucalipto é uma das árvores mais eficientes a este nível.

Como se chegou ao lema “A União faz a Floresta”?

Quando falamos em ganhos de escala, é precisamente disso que estamos a falar: de até onde a união nos pode levar. Um dos problemas a que assistimos hoje é a dispersão tanto dos produtores florestais, como dos prestadores de serviço e dos fornecedores de madeira, com a sua dimensão reduzida e ausência de estratégia. Se queremos potenciar o valor da floresta, temos de apostar nesta união.

▼ Paulo Santos, Coordenador do Clube Produtores Florestais Navigator, no lançamento do Clube.



PERGUNTAS E RESPOSTAS

Quem pode ser membro do Clube?

Todos os parceiros da fileira florestal que tenham uma relação comercial com a The Navigator Company – sejam produtores florestais, prestadores de serviços, fornecedores de madeira ou associações. A única exceção vai para os produtores florestais, que podem registar-se, mesmo que nunca tenham tido uma relação comercial com a Navigator – sendo um dos objetivos do Clube o aumento da eficiência da floresta portuguesa, os produtores não terão qualquer restrição, podendo aderir e beneficiar, por exemplo, do apoio técnico do Programa Premium.

Como posso inscrever-me?

Fazendo o registo no site do [Clube](http://Clube.clubeprodutoresflorestais.com) (clubeprodutoresflorestais.com). Ou, em alternativa, enviando um email para clube@thenavigatorcompany.com

Quais os benefícios que poderei obter?

O conjunto de benefícios ao qual cada membro do Clube pode aceder depende da sua tipologia de membro, ou seja, se está registado como produtor florestal, prestador de serviços, fornecedor de madeira ou associação. No entanto, e de uma forma geral, os benefícios têm o objetivo de aumentar a competitividade dos parceiros, seja através de acesso a linhas de financiamento com condições privilegiadas (por exemplo, para a aquisição de equipamento produtivo) e da redução de custos

(pelo efeito de escala), mas também pelo apoio em temas de gestão, como programas de formação que oferecem instrumentos essenciais ao crescimento das empresas.

A adesão tem algum custo associado?

Não. A inscrição e a permanência como membro do Clube não tem qualquer custo (nem pontual, nem regular).

Existe algum tipo de fidelização?

Pelo facto de aceder ao Clube, não existe nenhum tipo de exigência de fidelização, nem qualquer outro compromisso.

Posso ter mais informação antes de fazer o registo?

Sim. Basta contactar o Clube através do email clube@thenavigatorcompany.com, ou junto do seu contacto comercial com a Navigator. É possível o agendamento de uma apresentação personalizada.



UMA CONSTRUÇÃO A VÁRIAS MÃOS

O Clube Produtores Florestais Navigator nasceu de um trabalho de cocriação que envolveu vários parceiros. Foram tidas em conta as suas perspetivas da floresta portuguesa, as necessidades que sentem, todos os dias, no terreno, e as visões que têm do caminho na construção de respostas para os problemas identificados. Uma iniciativa que assenta no poder da união podia partir de outra abordagem, mas não teria, certamente, a mesma força. Fomos ouvir três membros fundadores do Clube e conhecer como olham para esta iniciativa da The Navigator Company.

“Contribuímos para o que o Clube é e para o que será”

A empresa Armindo Pereira Pais, Lda., com sede em Mortágua, fornece madeira para a The Navigator Company desde o tempo em que esta ainda se chamava Soporcel. Armindo Pais, 62 anos, começou como empresário em nome individual e a trabalhar sozinho. Hoje, a sua empresa, criada em 1991, tem 30 funcionários, dois dos quais são os seus filhos mais velhos. Entrou no negócio, há 40 anos, “um pouco por acaso”, diz. “Comecei pelo transporte de madeira, que era um trabalho bem pago. Fazíamos tudo manualmente e não havia tanta concorrência. A Soporcel representou um marco histórico no setor, comprava mais madeira do que todas as outras fábricas que já existiam antes, e eu comecei a relação comercial com a empresa em 1985.”

Assistiu a muitas mudanças e a várias fases no setor florestal, e, com os altos e baixos naturais da vida,



▲ Da esquerda para a direita: os irmãos José e Carlos, com o pai Armindo Pais.

a verdade é que a relação comercial com a The Navigator Company se fortaleceu e se manteve até hoje. “Temos uma boa parceria, assente numa ligação de muitos anos. A Navigator é o nosso principal cliente e é o esteio na nossa casa”, conta. Não hesitou, por isso, quando foi desafiado a participar na criação do Clube Produtores Florestais: “Acreditamos que possa trazer muitas vantagens, a começar por mais área de floresta cuidada e bem gerida. Houve muito abandono nos últimos anos, é preciso reverter este cenário.”

Carlos Pais, um dos filhos de Armindo Pais que trabalham na empresa, partilha esta visão: “Acreditamos que vai trazer crescimento ao setor, mas sabemos que não vai ser imediato. Faz todo o sentido promover esta união de esforços entre todas as partes e esperamos que possa trazer melhores condições comerciais e soluções de crescimento conjunto, que passam por mais formação, por exemplo.” Quanto ao processo de criação do Clube, Carlos Pais conta que foi, de facto, muito colaborativo: “A iniciativa foi da Navigator, mas a criação foi conjunta. O nosso feedback foi pedido e incorporado, num trabalho que hoje continua. Sentimos que contribuímos para o que o Clube é, e para o que será, e isso é muito importante neste tipo de projetos que pretendem promover a união entre partes.”

“A nossa floresta não precisa só de investimento, precisa muito de pessoas”

Há 15 anos, com 22 de idade, José Gomes desafiou o irmão Adão, que tinha apenas 18, e, em conjunto, criaram a empresa Adão Ferreira Gomes & Irmão, Lda., com sede em Arouca, que presta serviços na área da silvicultura. “O nosso pai era produtor florestal, como segunda atividade. Tínhamos, por isso, algum conhecimento sobre o setor e decidimos arriscar”, conta.

Se em 2009 eram apenas dois, e foi difícil começar do zero, sem experiência, em 2024 a empresa tem oito funcionários, mas já foi obrigada a um recomeço. “Em 2017, tudo o que tínhamos construído em oito anos ardeu, desde os equipamentos à floresta. Fomos muito lesados pelos grandes incêndios, foi terrível”, recorda. “Mas conseguimos manter os postos de trabalho – já na altura éramos oito pessoas –, e isso foi o mais importante. Até ser possível adquirir novos equipamentos, tivemos de recomeçar a trabalhar manualmente. O primeiro corte foi feito assim.” Desse tempo, lembra também o apoio que receberam por parte da The Navigator Company, a quem prestavam serviços praticamente desde o arranque da empresa: “Logo no dia depois do incêndio, a primeira pessoa que nos visitou



▲ Da esquerda para a direita: Agosto Duarte (primo), os irmãos Manuel António, Adão, Ricardo e José Gomes, e o pai Manuel Gomes

foi o nosso contacto na Navigator, na área da entrega de madeira. Veio saber como estávamos e disponibilizar apoio por parte da empresa. Garantiu que continuaríamos a ter trabalho, mesmo que a recuperação fosse difícil”. José Gomes não consegue esconder a emoção quando conclui: “Isso foi muito valioso e importante para nós. Estiveram presentes e deram-nos alento, presencialmente, num momento muito complicado”.

A empresa de José Gomes foi um dos parceiros que participaram na criação do Clube Produtores Florestais. “É muito bom começar algo novo nesta área”, considera. “Será um caminho difícil, árduo, com muitos obstáculos, mas é absolutamente necessário, porque há muitas áreas florestais ao abandono e muitas empresas a fechar. Essa é a realidade atual.” Na sua opinião, o principal papel do Clube deverá ser o de captação de jovens para o setor florestal: “A nossa floresta não precisa só de investimento. Precisa muito de pessoas: só com pessoas motivadas podemos melhorá-la. Espero que essa seja a principal missão do Clube, valorizar a atividade de quem vive da floresta e torná-la atrativa”.

De um ponto de vista mais pessoal, para o seu negócio, José Gomes espera que o Clube se torne um aliado nas áreas onde se sente mais desafiado e sem recursos: “Precisamos de estar a par de benefícios e apoios aos quais não acedemos por desconhecimento. Haverá parceiros que poderão apoiar-nos a este nível. Sabemos muito da parte operacional e técnica, mas na parte de gestão, há aspetos que não dominamos e que são muito importantes para tomarmos decisões mais estratégicas.”

“É muito importante haver esta união no setor”

“Segui os passos do meu pai, que toda a vida trabalhou na floresta”, conta Sérgio Vieira, 39 anos, quando recorda a criação da empresa NordFloresta, com sede em Macedo de Cavaleiros. “Aprendi tudo

com ele, cresci neste mundo e foi, por isso, uma decisão natural. Em 2012, ele passou toda a atividade para mim e eu abri a empresa, que hoje emprega sete pessoas.”, conta.

“Preparamos terrenos e fazemos manutenções, gradagem, limpeza de caminhos e acessos. Trabalhamos praticamente só para a Navigator, é o nosso principal cliente”, revela. O plural justifica-se porque Sérgio Vieira continua a contar com o apoio do pai, Manuel Vieira, de 72 anos, na atividade da empresa. A relação com a Navigator vem já, também, do tempo do pai, prestador de serviços desde os anos 80. “Tem existido sempre uma boa relação”, revela Sérgio Vieira. “Trazem-nos boas ideias e iniciativas, desafiam-nos”, acrescenta.

A proposta para a NordFloresta participar na criação do Clube Produtores Florestais não constituiu, por isso, uma surpresa, e foi fácil tomar a decisão de se envolverem no projeto. “Trata-se de uma excelente iniciativa, porque é muito importante haver esta união no setor. Acreditamos que pode trazer benefícios para a nossa empresa”, afirma Sérgio Vieira. “Teremos mais facilidade em obter informação importante e em mantermo-nos dentro de todas as normas. Penso também que poderemos ter acesso a mais apoios para podermos crescer, nomeadamente mais facilidades ao nível da compra de equipamentos”, exemplifica. Olhando para os benefícios, a médio e longo prazo, que a iniciativa poderá trazer à floresta portuguesa, Sérgio Vieira não hesita: “Um dos objetivos é fazer com que a floresta não continue esquecida, é combater o abandono que está na origem de tantos problemas, como é o caso dos incêndios. O Clube vai trabalhar para que haja mais pessoas a querer gerir a floresta. Esperamos que, juntos, possamos chegar a bom porto.” **PF**



▲ Da esquerda para a direita: Manuel Vieira e Sérgio Vieira

SOLUÇÕES DE GESTÃO CONJUNTA DA FLORESTA



▲ A primeira Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) de iniciativa privada em Portugal nasceu na freguesia de Alvares, município de Góis.

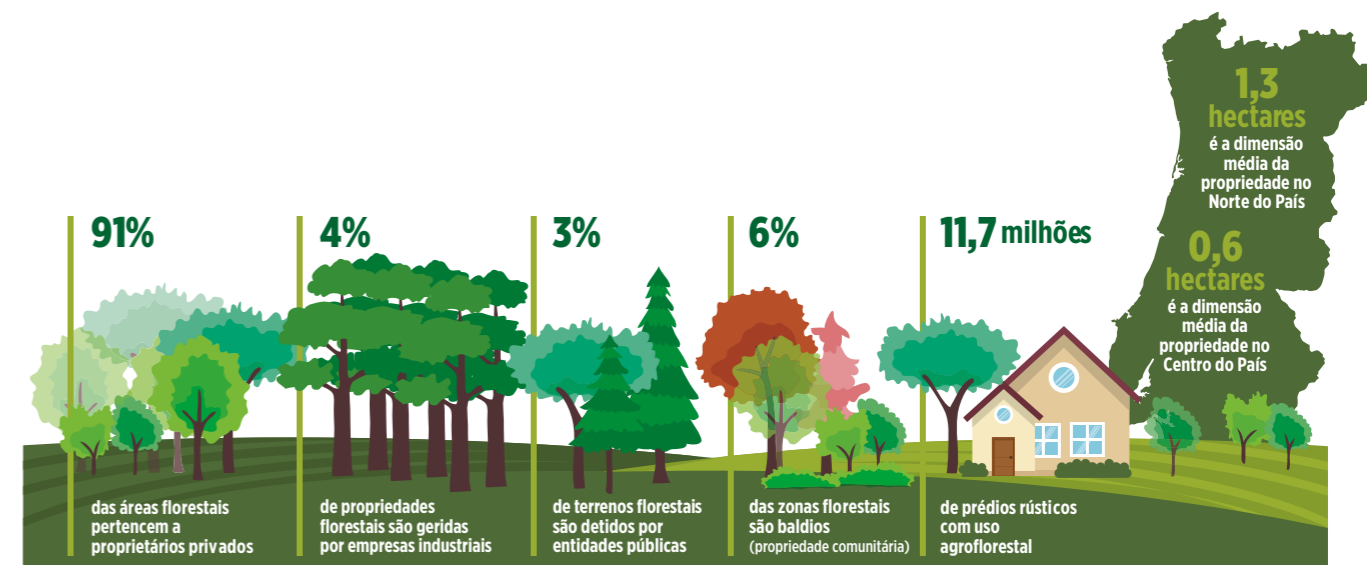
A fragmentação da propriedade e o despovoamento das zonas rurais dificultam a criação de escala e de rendimento florestal, comprometendo o investimento. A adoção de modelos de gestão agrupada da floresta é a resposta para promover a sustentabilidade do setor.

Portugal é um dos países europeus com maior percentagem de floresta privada – 91%, de acordo com os últimos dados do “Perfil Florestal” do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) –, na maioria pertencente a pequenos proprietários. As parcelas de dimensão reduzida e o êxodo rural constituem um entrave ao desenvolvimento do setor, reconhecido desde 1996 na Lei de Bases da Política Florestal. Nesse sentido, esta lei estabeleceu como um dos seus objetivos “promover a gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo”.

Em 2005, foram legalmente instituídas as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). São áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e administradas por uma única entidade que, desde 2009, pode ser também uma organização com fins lucrativos. O incentivo à gestão conjunta da floresta levou à aprovação, em 2017, de duas novas figuras complementares: as Entidades de Gestão Florestal (EGF) e as Unidades de Gestão Florestal (UGF).

As primeiras são associações com personalidade jurídica, ou sociedades por quotas ou anónimas, que têm como objeto social a silvicultura, a gestão e exploração florestais e, no caso das associações, a prestação de serviços aos seus associados nessas áreas. Já as UGF pressupõem a existência de propriedades contíguas, com interdependência espacial, de área não superior a 50 hectares cada, e uma área territorial mínima de 100 hectares e máxima de 5.000 hectares.

O Programa de Transformação da Paisagem (PTP) lançou, em 2020, a figura jurídica das AIGP - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, com vista a expandir a área florestal gerida a uma escala capaz de aumentar a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural. Estão, atualmente, constituídas 70 destas áreas, onde serão criadas condições para o desenvolvimento de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), num modelo de gestão agrupada da responsabilidade de uma entidade gestora e suportada por um programa multifundos de longo prazo, que disponibiliza apoios ao investimento inicial, às ações de manutenção e gestão ao longo do tempo, e à remuneração dos serviços dos ecossistemas.



Fontes: “Perfil florestal 2021”, ICNF; “Relatório da 1.ª Fase Diagnóstico Grupo de Trabalho para a Propriedade Rústica”, fevereiro 2022, DGT.

O PTP criou, ainda, o Programa Condomínios de Aldeia, para dar apoio às comunidades localizadas em territórios vulneráveis. Ao incentivar os proprietários a fazerem a manutenção dos terrenos, garantindo a sua limpeza e promovendo uma ocupação do solo geradora de rendimentos, este programa promove a participação e o envolvimento da comunidade local.

Proprietários em ação

Além destas soluções institucionais, existem iniciativas de gestão menos burocratizadas, criadas entre proprietários, como é o caso das Áreas Florestais Agrupadas (AFA), promovidas desde 2018 pela Associação Florestal do Baixo Vouga. Trata-se de um instrumento para ganhar escala, diminuir os riscos associados à atividade, ter acesso a seguros, cumprir a legislação, aplicar boas práticas silvícolas, reduzir custos e alcançar ganhos de produtividade. Aplica-se a áreas florestais superiores a 10 hectares, constituídas por cinco ou mais parcelas de terreno contínuas e pertencentes a cinco ou mais proprietários, sujeitas a um plano de gestão florestal e a um plano de

investimento comuns. O processo é simples e os proprietários participam no investimento e na receita, com percentagens proporcionais à área da sua parcela. O sucesso deste projeto levou ao passo seguinte: a constituição, em 2022, de Núcleos de Gestão Florestal, com áreas mais alargadas de floresta gerida (400 hectares ou mais) e o apoio à gestão individual de cada propriedade dos aderentes. Outro exemplo, desta vez na esfera da propriedade comunitária, é o da Baladi – Federação Nacional de Baldios, que, desde 2019, vem concretizando no terreno a figura do Agrupamento de Baldios, considerada na Estratégia Nacional para as Florestas “como uma mais-valia no processo dinâmico de gestão dos territórios comunitários”. Têm, atualmente, dez agrupamentos, com 55 baldios e uma área total de 56 mil hectares. **PF**

Pode verificar aqui a [localização das Zonas de Intervenção Florestal \(ZIF\)](#) constituídas em Portugal continental desde 2005.



▼ A AFA da Panasqueira foi a primeira Área Florestal Agrupada criada pela Associação Florestal do Baixo Vouga.



JUNTOS PELA FLORESTA

Seja nos campos de demonstração, como o que o programa Melhor Floresta criou na zona de Monchique, ou em áreas de gestão partilhada como a promovida pela Cooperativa Agroflorestal de Vila Nova do Ceira, as vantagens de um trabalho conjunto têm espelho numa floresta mais sustentável, resiliente e diversa.

UMA MONTRA DE BOAS PRÁTICAS NO CONCELHO DE MONCHIQUE

Em Alferce, no concelho de Monchique, foi criado no último ano um campo de demonstração no âmbito da Agenda Transform, do programa Melhor Floresta, coordenado pela Biond. Um esforço coletivo que resulta em 50 hectares de uma mancha florestal mais resiliente e sustentável.

À medida que se avança pelo caminho é possível descortinar medronheiros, sobreiros, eucaliptos e espécies arbustivas na floresta que o ladeia, e, mais à frente, junto às nascentes de água, o terreno está impecavelmente limpo. Do outro lado da linha de água, ergue-se uma cortina vegetal aparentemente impenetrável, num claro contraste com a floresta que o pequeno grupo acaba de percorrer. Fica assim delimitada a fronteira entre o campo de demonstração de Alferce, intervencionado ao longo do último ano no âmbito do programa Melhor Floresta, e os terrenos adjacentes. O Melhor Floresta pretende ser uma “montra de boas” práticas suscetível de ser demonstrada e replicada um pouco por todo o país, e é uma iniciativa da Biond,

a associação das bioindústrias de base florestal, em colaboração com proprietários e entidades locais. “A vertente colaborativa do trabalho com os proprietários e autoridades locais é benéfica do ponto de vista técnico e operacional”, defende António Sousa Macedo, coordenador de programas operacionais da Biond. O Melhor Floresta, liderado pela Biond, aplicou fundos do PRR e visa a criação de campos de demonstração e áreas piloto um pouco por todo o território, envolvendo zonas de floresta abandonada, na maioria dos casos floresta ardida, com diferentes proprietários e onde se demonstra que as boas práticas na gestão podem ser executadas em conjunto e com sucesso para todos os envolvidos.

Em Alferce, o campo de demonstração tem cerca de 50 hectares e inclui terrenos de 15 proprietários. “Em geral, os campos de demonstração da Biond não têm escala de paisagem, rondam os 50 a 70 hectares, ao contrário do que se passa com as áreas piloto”, explica António Sousa Macedo. As diferenças passam também pelo tipo de intervenção demonstrada: enquanto nos campos de demonstração esta é feita sobretudo através da gestão da vegetação, com ações de limpeza e seleção de varas, nas áreas piloto poderá haver ações de rearboreção, sempre com diferentes espécies florestais. “O objetivo é tornar a floresta mais resiliente e preservar a biodiversidade, e não atender apenas às questões da produção”, explica o responsável da Biond. Em todos os casos, há uma aposta no trabalho colaborativo para evitar soluções pensadas numa lógica “top to bottom”, por regra menos eficazes e com menores taxas de aceitação pela população. Em Alferce, o campo de demonstração, que se desenvolve numa localização privilegiada a meia encosta, reuniu esforços da Biond, que desenvolveu as ações recorrendo a meios operacionais da região

(a empresa INALLFOREST), a Junta de Freguesia, que desenvolveu um importante trabalho de intermediação com os proprietários, e a Câmara Municipal, que assegurou a limpeza dos caminhos. “Esta zona ardeu em 2003 e 2018, e os proprietários não tiravam rendimento dos terrenos há 20 anos”, conta José Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia, que atribui o estado de abandono em que se encontravam os terrenos ao desalento que se foi instalando entre os proprietários. O facto de a adesão ao Melhor Floresta não implicar custo contribuiu para uma melhor aceitação, admite o autarca. “Aos poucos, agora vão retirando a madeira que ficou no terreno. É o primeiro rendimento que dali tiram em anos”, diz. E esta não é a única vantagem para a população. As dez famílias com casas dentro da área do campo de demonstração ficam agora mais protegidas em caso de incêndio. “Se hoje viesse um fogo, esta área iria resistir muito mais”, explica José Gonçalves que, além de presidente da Junta, é também proprietário florestal e segundo-comandante dos Bombeiros de Silves. Também António Sousa Macedo sublinha a maior resiliência ganha pela floresta, bem como o serviço que presta à comunidade. Algo que só é possível através de uma gestão conjunta de vários terrenos. Neste caso, o facto de Alferce estar dentro de uma área de Rede Natura 2000 foi outro aspeto a ter em conta ao longo da intervenção. “Uma floresta não é um jardim”, defende António Sousa Macedo, justificando o aspeto à primeira vista “desarrumado” dos campos em redor. “A ideia é promover uma floresta que seja sustentável em termos económicos, ▶



▲ António Sousa Macedo, coordenador de programas operacionais da Biond



▲ José Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia de Alferce.

mas também a nível social e ambiental”, diz. “Está um trabalho incrível”, assegura, enquanto percorre a encosta. No entanto, é uma tarefa longe de estar terminada. O programa Melhor Floresta prolonga-se até 2025 e deixará, como em Alferce, áreas de floresta com caráter exemplar. O objetivo, conta António Sousa Macedo “é que os proprietários ganhem motivação para continuar a fazer este trabalho e replicar o que se fez aqui noutros terrenos”. **PF**



PELO BEM COMUM



Fundada há 56 anos e com 900 associados, a Cooperativa Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira aposta na ação comunitária para dinamizar a gestão florestal. Foi assim que surgiu o projeto de gestão partilhada, que agrega terrenos de diferentes proprietários.

Num só olhar é possível abarcar toda a parcela de eucalipto, junto à estrada, propriedade da Cooperativa Agro-florestal de Vila Nova do Ceira. É um dos terrenos que compõem os 36 mil hectares de floresta geridos por esta cooperativa que há quase seis décadas apoia a população da freguesia, e ilustra bem um dos principais problemas

da floresta na região: a diminuta dimensão dos terrenos e a ausência ou falta de atualização do cadastro. Ainda assim, a cooperativa não baixa os braços e tem em curso um projeto de gestão florestal partilhada que luta por levar a bom porto. “Em média, o tamanho dos terrenos não chega a meio hectare. Se eu for fazer a gestão de uma área tão pequena, além da mão-de-obra ficar mais cara, tudo vai ser mais difícil. Com o nosso projeto de gestão florestal partilhada, a ideia é angariar os terrenos e juntá-los num só para ser gerido pela Cooperativa”, explica Catarina Rodrigues, coordenadora de atividades estratégicas. Este é um projeto muito acarinhado, mas desafiante, assume. “Deparamo-nos com vários problemas. Um deles é os herdeiros não fazerem a mínima ideia da localização do terreno, outro é a dimensão. E também o facto de nem todos os proprietários aderirem”, explica a responsável, que atribui alguma falta de confiança à idade avançada da população. Nos 56 anos que leva de atividade, a Cooperativa Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira tem assumido como principal foco a resposta às necessidades da

população. “A cooperativa iniciou-se com o objetivo de ajudar os menos favorecidos e foi evoluindo de acordo com as necessidades que a comunidade apresentava”, conta Catarina Rodrigues. Para facilitar as operações, a cooperativa está dividida em cinco áreas – compra e venda, florestal, social, agrícola e serviços – e presta apoio a sócios e não sócios, sem nunca perder de vista o bem comum. Foi assim que foram criados um lagar – que inclui também um Lagar Museu – cujos serviços estão abertos a toda a população, uma melaria, e está agora a ser construído um pequeno hotel. Em termos de gestão de áreas comuns, os baldios “Oliveira da Selada”, que foram cedidos à Cooperativa, estão desde 1991 arrendados à The Navigator Company. “O contrato foi assinado com a então Soporcel”, recorda Catarina Rodrigues. “Tínhamos muita madeira e era mais benéfico arrendar os terrenos, conseguir rendimento e beneficiar do saber fazer de uma empresa especializada. E assim estaríamos também mais protegidos dos incêndios, uma vez que, antes do arrendamento, esta era uma zona bastante ▶



▲ Carlos Duarte, proprietário florestal, e Catarina Rodrigues, coordenadora de atividades estratégicas da Cooperativa Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira.

castigada”, explica. A relação mantém-se até hoje, com a Companhia a ser responsável pela gestão de cerca de 500 hectares de floresta. Para Catarina Rodrigues, nascida e criada na freguesia, as vantagens da ação comunitária para uma gestão mais ativa da floresta são evidentes. “Por exemplo, chega aqui alguém que nem é de cá e que tem um terreno pequeno. Nós ajudamos a localizar o terreno, a conhecer os vizinhos, e isso promove a entreatuda e a tal gestão partilhada. Se não houvesse a cooperativa, a quem é que estas pessoas poderiam recorrer?”, questiona a responsável, que destaca ainda o papel da cooperativa enquanto intermediário entre os produtores locais e as várias entidades. “Pedem-nos ajuda na candidatura a alguns programas ou nos processos de certificação. Tendo isso em conta, fomo-nos associando a outras entidades que nos dão apoio. As pessoas daqui conhecem-nos, sabem quem somos e confiam”, diz. Carlos Duarte, de 68 anos, conhece bem a região e a atividade da cooperativa. É proprietário de dez hectares de terreno, boa parte do qual ocupado por eucaliptal e, tal como os restantes habitantes de Vila Nova do Ceira, também a sua propriedade – parte herdada e parte adquirida – está dispersa em várias parcelas de pequena dimensão. Isso não o impediu de apostar numa gestão o mais profissional possível: toda a floresta está certificada, aderiu a programas como o Limpa e Aduba e a plantação é pensada desde o início. “Hoje cuida-se muito mais da floresta. Há 30 anos não se plantava como planta hoje, o modo de gerir mudou, é tudo muito mais pensado”, afirma o produtor, que integra o conjunto

de proprietários que aderiu ao projeto de gestão partilhada. A rentabilidade trazida por uma gestão ativa é maior, garante Carlos, mas os gastos a que obriga são muitos, critica o produtor florestal, no que é secundado por Catarina Rodrigues: “Quem quiser estar legal, desde a compra do terreno, à lavragem, até à plantação e ao corte, gasta muito dinheiro. E tem de andar sempre com o dinheiro à frente porque só vai receber quando cortar”. A solução, defende, passaria pelo aliviar da carga fiscal, de modo a permitir uma maior folga aos pequenos silvicultores. **PF**

▼ A Cooperativa criou um lagar com serviços abertos a toda a população.



PRODUTORES FLORESTAIS



DANIELA FERREIRA

RAIZ - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DA FLORESTA E PAPEL

SUSANA MORAIS

THE NAVIGATOR COMPANY

BOAS PRÁTICAS NA PREPARAÇÃO DO TERRENO

A adoção de boas práticas silvícolas é necessária em todas as operações florestais, mas é naquelas que envolvem a mecanização, e que são realizadas em maior extensão no terreno, que estas técnicas e cuidados assumem maior importância pelo impacto que podem ter.

A instalação de povoamentos é a primeira fase de um investimento florestal que, no caso do eucalipto, se prevê por mais de 30 anos no terreno. É composta por quatro etapas: elaboração e licenciamento do projeto, preparação do terreno e infraestruturas, escolha da planta, e plantação. A preparação do terreno tem como objetivo criar condições no solo para o desenvolvimento das raízes e o crescimento inicial das plantas. Pode ser dividida em três fases:

- **Controlar a rebentação dos cepos da rotação anterior**, através do arranque, destroçamento ou desvitalização química, para evitar o ensombramento à nova plantação e a competição pelos recursos água, luz e nutrientes.
- **Reduzir a carga de biomassa resultante do corte, de vegetação existente e dos cepos**, para a adequada preparação do solo e plantação.
- **Mobilizar o solo** para o descompactar e diminuir a sua resistência à penetração das raízes das plantas. Permite, ainda, com a maioria das máquinas/equipamentos utilizados, realizar o alinhamento

de plantação, evitando a operação adicional de “balizamento” (plantação em esquadria), bem como facilitar a realização das operações seguintes, principalmente as com recurso a meios manuais ou moto-manuais, como a plantação, adubação e o controlo de vegetação espontânea. Para o sucesso da plantação, os primeiros anos são muito importantes, até ao desenvolvimento das copas.

A aplicação de boas práticas silvícolas traz benefícios vários nas características físicas, químicas e biológicas do recurso solo e favorece o crescimento das plantas. Promove também a salvaguarda dos recursos hídricos e dos núcleos de biodiversidade coexistentes nos ecossistemas florestais de produção.

Cuidados com os recursos hídricos

Privilegiar técnicas que promovam a manutenção da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, evitando a sua perda, degradação, assoreamento ou contaminação, tais como:

- Salvaguardar as distâncias de proteção às linhas de água e outros pontos de água;

Queremos ajudar a esclarecer as suas dúvidas. Pode enviar as suas questões para o e-mail: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt

- Atravessar as linhas de água com maquinaria apenas onde existam ou sejam colocadas estruturas adequadas para o efeito. Exceionalmente, em caso de inexistência de infraestruturas, o atravessamento deve ser realizado em zonas de solo firme;
- Não circular nas linhas de água com máquinas;
- Evitar a queda de cepos ou sobrantes de exploração da rotação anterior nas faixas de proteção das linhas de água e, caso aconteça, analisar a situação e avaliar a sua remoção sem danificar a vegetação;
- Salvaguardar as distâncias de segurança às faixas de proteção dos diferentes recursos hídricos na desvitalização química dos cepos, exceto se devidamente autorizada pela entidade competente.

Cuidados com o solo

Privilegiar técnicas que promovam a diminuição do risco de erosão e de compactação do solo, a estabilização da sua temperatura e a retenção da humidade, a manutenção ou aumento de matéria orgânica, carbono e nutrientes no solo, tais como:

- Destroçar os cepos, os sobrantes e a vegetação existente, usando, sempre que possível, técnicas que permitam

criar uma camada de mulching no solo;

- Reconstruir os terraços com inclinação ligeira para o seu interior;
- Assegurar a realização de desvios de água nas infraestruturas viárias, sendo importante manter uma boa drenagem e prever que a escorrência aconteça para a faixa de plantação;
- Orientar a armação do solo no sentido das curvas de nível;
- Privilegiar a mobilização de terreno de forma parcial, na zona de plantação ou em faixas;
- Respeitar as concentrações e doses de produtos químicos indicadas nos rótulos, na legislação e nas fichas técnicas dos produtos;
- Em caso de derrames de óleos ou outros líquidos ao solo, conter e recolher os produtos.

Cuidados com a biodiversidade e bens culturais

Privilegiar técnicas que promovam a manutenção e o enriquecimento da biodiversidade na floresta de produção, tais como:

- Preservar núcleos de espécies protegidas existentes;
- Manter as faixas de proteção indicadas na legislação para as áreas a preservar;

- Respeitar os períodos de interdição de operações mecânicas;
- Salvaguardar as distâncias de proteção a bens culturais ou sociais existentes. **PF**

SABIA QUE...

O reviramento de horizontes do solo na preparação do terreno é uma prática incorreta e desaconselhada, podendo provocar redução do crescimento das plantas e, em algumas situações, impacto irreversível no solo. Muitas vezes está associada à utilização do balde da escavadora giratória ou retroescavadora. Este tema está regulamentado na Portaria n.º 15-A/2018, de 12 de janeiro.

PLANTAÇÃO DE EUCALIPTAIS

Leia o artigo “Manual de Boas Práticas na plantação”, publicado na revista Produtores Florestais nº2, para saber mais sobre as diferentes técnicas a adotar na instalação de povoamentos de eucalipto. Pode ainda consultar informação sobre várias máquinas, equipamentos e técnicas associadas na mesma edição 2, bem como na 6 e na 12. Caso não tenha as edições em papel, [consulte no nosso site](#), onde também se pode registar para as receber.

Se tiver dúvidas, contacte os técnicos do Programa Premium Susana Morais (961 332 006) e Eduardo Mendes (961 710 045).



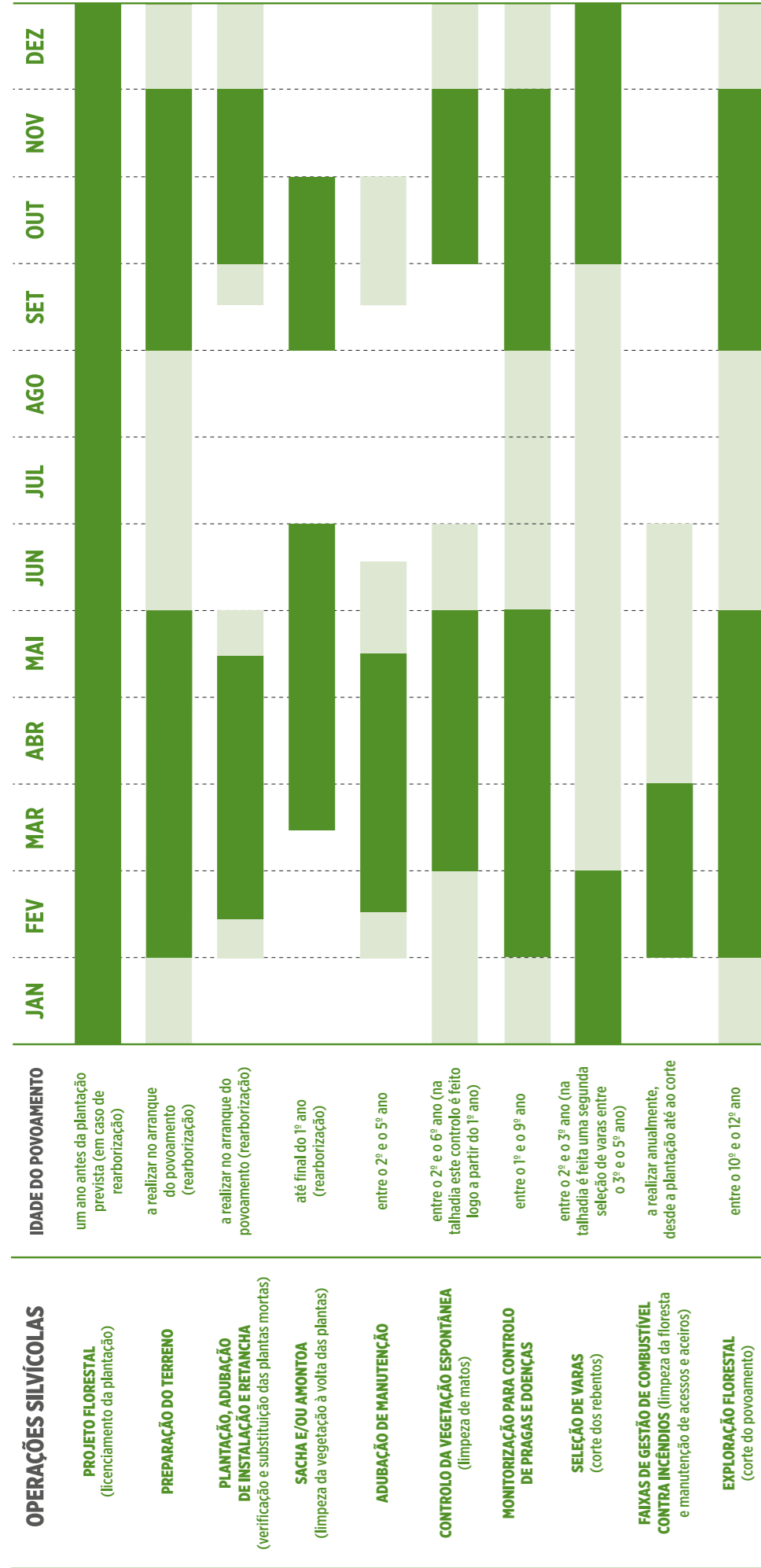
SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES FLORESTAIS

Em qualquer operação florestal, além dos cuidados com o ambiente, devem ser garantidas todas as boas práticas de segurança, nomeadamente na utilização dos equipamentos de proteção coletiva e de proteção individual, e de salvaguarda das distâncias de segurança.



CALENDÁRIO ANUAL DA GESTÃO FLORESTAL

Neste calendário está representado o período recomendado na atividade florestal em povoamentos de eucalipto. Lembre-se sempre que nos trabalhos florestais deve utilizar boas práticas e equipamentos de proteção individual, e respeitar as indicações das fichas de produtos e a legislação aplicável.



PERÍODO RECOMENDADO

PERÍODO COM RISCO ACRESCIDO (por exemplo restrições por risco de incêndios florestais, ocorrência de geadas, encharcamento do terreno ou baixa humidade do solo para plantar)

Nota: A rearboreização florestal permite maximizar a produção de madeira, utilizando a melhor planta e boas práticas silvícolas. Já a talhadia é uma oportunidade de reduzir o custo de produção de madeira e rentabilizar o investimento inicial de rearboreização, sempre que os povoamentos de eucalipto se encontrem em condições para tal, ou seja, com baixa mortalidade de toijas e boa taxa de rebentação.

CADEIA DE CUSTÓDIA NA FLORESTA

UMA GARANTIA DE SUSTENTABILIDADE

A certificação em Cadeia de Custódia dos produtos florestais assegura que o produto é rastreado desde a produção até ao consumidor e que respeita normas ambientais e sociais.



A Cadeia de Custódia na floresta é um sistema que documenta a trajetória dos produtos florestais ao longo de cada estágio do processo, desde a colheita até à comercialização. Isto inclui a identificação da origem, transporte, processamento e distribuição dos produtos. O principal objetivo é assegurar a legalidade, sustentabilidade e a conformidade com os padrões ambientais e sociais. A certificação em Cadeia de Custódia apresenta benefícios quer para a organização, quer para o consumidor. Pode ser obtida por uma empresa a nível individual, mas também por um grupo de empresas, o que, para a Associação para a Certificação Florestal do Minho-Lima (ACF Minho-Lima), entidade que promove tanto a certificação em gestão florestal como em cadeia de custódia desde a sua constituição, em 2011, é mais vantajoso. “Gerimos um Grupo de Cadeia de Custódia que inclui desde o produto florestal ao madeireiro. Uma das mais-valias de integrar um grupo é a partilha de custos e o acesso a formações e acompanhamento constante”, explicam Elisabete Abreu e Margarida Barbosa, da Comissão Técnica Florestal da ACF Minho-Lima. “A certificação da Cadeia de Custódia atesta a

rastreabilidade dos produtos de origem florestal”, afirmam estas técnicas. “Um consumidor, quando compra um produto rotulado como certificado, tem a garantia de que a matéria-prima de base florestal, com que foi produzido, é proveniente de uma gestão florestal sustentável”. A rastreabilidade é a palavra que melhor descreve esta certificação, porque com a mesma é possível ter a certeza de que todas as entidades que tiveram contacto com o produto “cumprem com todas as boas práticas e requisitos legais”, nomeadamente “os aspetos ambientais, mas também socioeconómicos, como a legislação laboral, boas práticas de higiene, saúde e segurança no trabalho, formação dos trabalhadores, entre outros fatores”, pormenorizam.

Certificação descomplicada

A ACF Minho-Lima explica que “uma empresa, para obter certificação em Cadeia de Custódia, adicionalmente ao que já teria de cumprir para exercer a sua atividade legalmente, apenas tem de adotar as boas práticas ambientais e socioeconómicas adequadas e demonstrar que o que vende certificado não é superior ao que comprou com essa mesma certificação, assegurando a rastreabilidade do material lenhoso da área certificada até à entrega no destino final”. Elisabete Abreu e Margarida Barbosa acrescentam ainda que “com a adesão à Certificação de Grupo, em Cadeia de Custódia, a empresa tem acesso a assessoria na identificação de não conformidades e implementação das melhores medidas para as resolver, com a mais-valia de monitorização durante o período de permanência no grupo”. Em seguida, a empresa compromete-se com os referenciais normativos e do Grupo de Cadeia de Custódia que vai integrar. Recebe formação para dar a resposta às exigências, tentando, sempre que possível, ajustar as suas práticas. Anualmente, decorre uma auditoria às empresas certificadas em Cadeia de Custódia, por forma a verificar o cumprimento de todos os requisitos. A auditoria de renovação tem lugar de cinco em cinco anos. **PF**

OPINIÃO

ARMANDO PACHECO

Presidente da FenaFloresta
Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Florestais

AS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FLORESTAIS SÃO ESSENCIAIS NO FUTURO DO SETOR

A importância das organizações de produtores e proprietários florestais foi reconhecida na Lei de Bases da Política Florestal (LBPF), aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. Apesar de todas as vicissitudes que estas organizações têm sofrido, tem sido relevante o papel que têm desempenhado na evolução e desenvolvimento do setor florestal e no esforço de revitalização dos territórios rurais, nomeadamente como elementos estruturais na fixação de recursos humanos qualificados e não qualificados nos meios rurais. Este reconhecimento na LBPF é refletido quando o “fomento e apoio das organizações dos produtores florestais” é considerado como ação prioritária ou quando estabelece que as “organizações de produtores florestais asseguram a representatividade do setor produtivo privado no acompanhamento das medidas decorrentes da política florestal nacional”. Apesar desta importância, estas organizações, como, por exemplo, as cooperativas, por distintas razões, enfrentam todos os dias diversas adversidades, procurando manter as suas atividades, as largas centenas de postos de trabalho que criam, respondendo, ao mesmo tempo, aos desafios dos proprietários, da sociedade e dos territórios desertificados.

No atual contexto, o maior desafio que as organizações de proprietários e produtores florestais (OPFs) enfrentam é conseguirem ter, a médio-longo prazo, garantias de estabilidade e previsibilidade das políticas e instrumentos de apoio, fundamental para dar a confiança necessária para a sua mobilização e dos demais agentes do setor.

O desinvestimento nos serviços descentralizados florestais e agrícolas do Estado ao longo dos anos, associado a alterações orgânicas constantes, tem criado um fosso com as populações rurais que contribui para a desertificação social dessas regiões. No entanto, os proprietários e produtores florestais, e as suas organizações associativas e cooperativas, apesar das incertezas e dúvidas quanto ao futuro,



continuam a acreditar na floresta. Mas para se assegurar a sua continuidade, é fundamental que a figura dos contratos-programa seja uma realidade com garantias de estabilidade futura. Não se pode esquecer que já existem cerca de 2 milhões de hectares em zonas de intervenção florestal, com planos elaborados, que juntam mais de 30 mil proprietários, e que existem 155 OPFs registadas no ICNF!

Os contratos-programa, a protocolar com o Estado, são uma boa estratégia para intervir e gerir o território de forma agregada, para aumentar a credibilidade e a responsabilidade das OPFs, reduzir riscos, aumentar produtividades e dar resposta, também, a questões associadas com a conservação e proteção da biodiversidade. Potenciam, igualmente, a associação de novos proprietários florestais. A relação entre os proprietários florestais e a indústria de base florestal, não sendo sempre estável nem próxima, é importante e fundamental para se traçar um caminho conjunto que responda às necessidades de ambos. Programas como o Programa Premium da The Navigator Company podem, e devem, ser alargados e potenciados. Nesta lógica de relações com diferentes agentes, é essencial que a sociedade civil tenha consciência de que as OPFs estão na linha da frente dos agora denominados green jobs e que estes contribuem para a produção, proteção e conservação de diferentes bens públicos que a floresta garante. A “ambientalização” do setor florestal é a derradeira oportunidade para que a sociedade participe no esforço comum de pagar os serviços de ecossistema e bens públicos produzidos pelos proprietários florestais. No entanto, esta nova visão deve ser complementar com a visão mais tradicional e de produção da floresta, e não substituí-la. Nestes novos tempos, que correm depressa, há ainda que perceber como as OPFs podem tirar o maior partido das novas tecnologias, da inovação, da investigação e do desenvolvimento de produtos e serviços de valor acrescentado. **PF**

OPINIÃO

LUÍS MIRA

Secretário-geral da CAP
Confederação dos Agricultores de Portugal

GANHAR ESCALA DÁ AO SETOR MAIS COMPETITIVIDADE, VALORIZAÇÃO E PESO POLÍTICO

De acordo com o último Inventário Florestal Nacional, 84% da floresta é privada, 14% comunitária e 2% é pública. Este predomínio da floresta privada, associado à baixa dimensão da propriedade (sobretudo no Norte do País) e a uma elevada ausência de gestão da mesma, justificam, por si só, a vantagem/necessidade dos produtores florestais se associarem, pois só deste forma conseguirão reduzir o isolamento técnico, permitindo uma gestão ativa, com escala e, conseqüentemente, um reforço da competitividade, valorização e peso político do setor.

Apesar deste contexto, estima-se que apenas 16% dos produtores integrem Organizações de Produtores Florestais (OPFs). Desta forma, um dos desafios do associativismo é promover o interesse dos produtores florestais para a participação associativa. Este desinteresse pode ter várias causas, não só a falta de valorização e participação associativa dos portugueses em geral, mas também algumas características intrínsecas do setor, como os ciclos de produção longos e os riscos (e.g. incêndios, pragas e doenças, fenómenos extremos), que contribuem para a falta de atratividade da atividade e, conseqüentemente, para o absentismo e abandono. Paralelamente tem-se vindo a assistir a uma burocracia crescente e a uma profusão de legislação e de interlocutores do setor, o que implica que as OPFs tenham necessidade de ter uma equipa técnica com uma vasta diversidade de competências e que possam oferecer condições laborais atrativas, de forma a assegurar a manutenção das suas equipas. A esta questão, acresce também uma dificuldade crescente de contratação de técnicos qualificados para o reforço ou substituição dos seus quadros. O reduzido número de proprietários filiados nas organizações gera uma elevada dependência de



financiamentos públicos, o que se traduz numa forte fragilidade financeira, sobretudo na mudança de Quadros Comunitários. Desta forma, estas estruturas têm de ser capazes de oferecer um conjunto de serviços variado e de elevada qualidade, por forma a diversificarem e aumentarem as suas receitas. No entanto, tal só será possível se os produtores conseguirem retorno económico suficiente da sua atividade, que lhes permita pagar por estes serviços. É exatamente no âmbito da valorização dos produtos florestais que as OPFs podem também desempenhar um papel crucial. Não só pelo apoio à gestão florestal, mas também constituindo-se como interlocutor direto junto dos clientes dos seus associados, incrementando o valor comercial dos produtos transacionados, por via do aumento da escala das transações. Adicionalmente, a sustentabilidade do associativismo tem de passar por uma sinergia estreita com a indústria, para que as exigências do mercado relativamente a novos produtos ou novas características sejam repercutidas na produção. Apesar de as OPFs serem legítimas representantes dos produtores no âmbito da definição das políticas, não têm sido devidamente valorizadas pelos sucessivos governos, tornando-se urgente que estas estruturas consigam afirmar-se nesta função. Numa era em que as formas e o acesso à informação são cada vez mais fáceis, constitui também um desafio a melhoria da comunicação e divulgação das suas valências e atividades. Concluindo, é necessário que as OPFs consigam aumentar a confiança dos seus associados, transformando mentalidades e demonstrando aos produtores que juntos são mais fortes. Só desta forma conseguirão tornar-se agentes de mudança das políticas florestais, valorizando a floresta nacional. **PF**

“É NO CENÁRIO DE PROPRIEDADE FRAGMENTADA QUE TEMOS DE CONCEBER A FORMA DE ATUAR PARA RESOLVER O PROBLEMA”



Presidente do Conselho de Administração da FlorestGal desde junho de 2023, José Gaspar tem uma carreira dedicada ao ensino, pesquisa e gestão no setor ambiental e florestal. Falámos com ele sobre a floresta nacional.

Que desafios advêm do facto de o Estado ter uma percentagem mínima de terrenos florestais, num país em que um terço do território é floresta?

A questão de o Estado ser um proprietário de reduzida dimensão no contexto do território florestal é limitante do ponto de vista da atuação política. Por um lado, a sua capacidade de agir está limitada pelo facto de ter de dialogar com um conjunto muito grande de atores para conseguir implementar determinadas medidas, programas ou modelos. Por outro, não lhe permite dar o exemplo ou criar soluções demonstradoras.

O significa, exatamente, “dar o exemplo”?

Quando o Estado quer implementar políticas que regulam algumas atividades ou formas de atuação, pode fazê-lo condicionado apenas os privados, ou pode fazê-lo pelo exemplo, através de áreas próprias nas quais põe em prática essas políticas. E é importantíssimo que esta última parte aconteça, para se poder ter uma atuação consequente, em vez de passar a perceção de que se está a fazer legislação só para os privados cumprirem. Acho muito relevante que o Estado tenha uma posição mais presente, indo gradualmente crescendo em área.

Como é que o Estado pode intervir na criação de uma melhor floresta em Portugal?

Ao ter uma intervenção maior ao nível da propriedade, ou seja, ao ter mais área sob sua alçada, e mais diversificada em termos de tipologia, indo além das zonas de conservação, o Estado pode ajudar a dinamizar a economia privada, criando áreas de negócio que hoje são muito incipientes ou estão pouco organizadas. E pode criá-las em parceria com os privados – não vejo problema nenhum, por exemplo, em que o Estado tenha um papel mais associado à produção, e que depois a transformação e a criação de mais-valias esteja associada aos privados. Esta cooperação entre setor público e privado é salutar e essencial para dinamizar a economia, criar empregos e trazer valor para os

“A capacidade de o Estado agir está limitada pelo facto de ter de dialogar com um conjunto muito grande de atores.”

proprietários. Para que isso aconteça, o Estado tem de ser mais interventivo e disponibilizar-se para ser um verdadeiro ator na floresta, para produzir, para estar no mercado.

“Nunca gostei da dicotomia entre produção e conservação, porque considero que as duas funções são perfeitamente possíveis de conciliar.”

De alguma forma, é também esse o papel da FlorestGal, enquanto empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal?

A FlorestGal concentra-se em melhorar a gestão do seu património, intervir no património de terceiros, através de contratos de gestão com outros proprietários, e, sim, tem também o desígnio de aumentar a área de terrenos em posse do Estado, nomeadamente em zonas de conservação. Nos últimos dois anos e meio fizemos a aquisição de quase 1.400 hectares espalhados pela Serra de S. Mamede, Serra da Arada, Parque Natural do Tejo Internacional e Parque Natural da Serra da Estrela. Depois, tentamos melhorar a gestão, a forma como vão sendo intervencionadas. São áreas de conservação, mas, em alguns casos, conseguimos conciliar, também, objetivos de produção.

Como encara essa compatibilização de objetivos?

Pessoalmente, nunca gostei desta dicotomia entre produção e conservação, porque considero que as duas funções são perfeitamente possíveis de conciliar, ou seja, podemos obter rendimentos e ter estratégias de desenvolvimento interessantes ao nível da conservação dos ecossistemas e dos recursos. Enquanto técnico, não concebo que uma intervenção, mesmo feita com objetivos de produção, não tenha, na sua génese, preocupações do ponto de vista da conservação.

Até porque, numa lógica de gestão privada, só obtendo rendimento da produção é possível investir na conservação.

Correto. E acontece o mesmo na FlorestGal, porque somos uma empresa pública, mas não dependemos do Orçamento de Estado – funcionamos com o que conseguimos gerar. Por isso, temos de gerir muito ►

bem aquilo que alocamos às diferentes atividades, para manter a empresa viável. É nesse sentido, por exemplo, que arrendamos áreas do nosso património a terceiros. Primeiro, porque temos uma estrutura pequena e não nos conseguimos especializar em tudo, mas também porque precisamos de eliminar um problema que é característico das atividades florestais, que são os períodos de carência entre o investimento e a realização da receita. Ou seja, se eu tenho um investimento que é feito em determinado momento, e só ao fim de dez anos é que vou ter receita, tenho de ter atividades que me permitam obter rendimentos suficientes para manter as operações e os investimentos na gestão florestal sustentável.

Na floresta nacional, a fragmentação da propriedade dificulta essa gestão sustentável...

Nós temos na cabeça um modelo de gestão em escala, que nos permite fazer determinadas operações de outra maneira, e custa-nos passar desse modelo para um modelo mais complexo, em que as propriedades são mais pequenas. Mas essa é a realidade e temos de trabalhar com ela. Portanto, é no cenário de propriedade fragmentada que temos de conceber a forma de atuar para resolver o problema. As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) são, talvez, o primeiro grande ensaio onde isso vai acontecer: vamos ter

de contratualizar a gestão com os proprietários individualmente, respeitando as parcelas que eles têm, sejam de que dimensão forem. Na FlorestGal, gerimos três projetos de AIGP, e eu estou muito esperançado que isto funcione – talvez não tão rápido como politicamente se gostaria, mas, se o processo for bem feito, e em concertação com os proprietários, correspondendo também àquilo que eles querem e que estão disponíveis para fazer, creio que podemos, em muitos casos pela primeira vez, levar gestão a estas áreas.

E consegue-se chegar à fala com todos os proprietários?

Essa é a grande dificuldade, criarmos os mecanismos para trazer os proprietários ausentes para estes processos. Dou um exemplo: a AIGP da Pampilhosa, que nós gerimos, tem cerca de 4.000 hectares, distribuídos por cerca de 1.500 proprietários. Recentemente, fizemos três reuniões com os proprietários, duas localmente e uma em Lisboa – nesta última tivemos o triplo de proprietários presentes. Isto cria uma dificuldade acrescida e exige mais trabalho, mas pode ser feito.

Como vai encaixar neste “puzzle” o recém-criado Banco de Terras, que é gerido pela FlorestGal?

As AIGP/OIGP podem constituir um excelente espaço para testar a exequibilidade destas medidas de



“A terra é um recurso que nos é disponibilizado para determinado fim. Se não estamos a utilizá-la, temos de a colocar à disposição de quem esteja interessado.”

de terrenos no mercado, mas também para a dinamização dos mercados de arrendamento agrícola e florestal. Para implementar estas medidas, é necessário produzir ainda regulamentação adicional. No caso da FlorestGal, será necessário criar uma estrutura técnica especializada para desenvolver esta nova área de trabalho, e avaliar com detalhe o modelo de negócio e o seu funcionamento, no atual enquadramento legislativo e funcional.

O Banco de Terras poderá vir a ser um instrumento relevante na questão do minifúndio e da escala?

Sim, pode ter um papel importante. Não será transversal ao país, porque as realidades são muito distintas, mas em alguns locais, onde é muito difícil conseguir identificar os proprietários, será relevante. A terra é um recurso que nos é disponibilizado para determinado fim, e ou estamos a utilizá-la para esse fim ou não estamos. E se não estamos, temos de a colocar à disposição de quem esteja interessado em fazer uso dela. **PF**



política, bem como para operacionalizar e flexibilizar os mecanismos a desenvolver para identificar e disponibilizar os terrenos sem dono conhecido no Banco de Terras. Porque dentro das AIGP vão, muito provavelmente, aparecer áreas nas quais não vamos conseguir identificar os proprietários, pelas mais diversas razões, e podem ser boas oportunidades para testarmos a operacionalização destes modelos.

Que “medidas de política” são essas que referiu?

O Banco de Terras vem permitir a cedência a terceiros de terrenos do Estado ou de entidades públicas, bem como o arrendamento agrícola ou florestal de terrenos sem dono conhecido, contribuindo, assim, para um aumento da oferta

A FLORESTGAL EM NÚMEROS

- Área própria: **14.281,39 ha**
- Área arrendada por longo prazo sob gestão da FlorestGal: **1.618,44 ha**
- Área total: **15.836,72 ha**
- Área das 3 AIGP/OIGP das quais a FlorestGal é a entidade gestora: **6.898 ha**
- **71** propriedades
- **15** Unidades de Gestão
- Presença em **26 concelhos** e **14 distritos**
- Nos 3 eixos de desenvolvimento da empresa (Otimização do Património Próprio; Novos Negócios; Expansão Territorial), no período de 2022-2026, prevê-se realizar o investimento total de **28,646 M€**.



CARLA MENDONÇA
Coordenadora eBUPi

Portugal enfrenta o desafio de acelerar a identificação e conhecimento do território, particularmente na dimensão da propriedade rústica, onde 97% da propriedade pertence a privados, sendo essencial salvaguardar os direitos de propriedade das gerações atuais e futuras, mas também garantir a capacidade de intervenção pública na prevenção de riscos, na transformação da paisagem e na promoção do desenvolvimento territorial, económico e social. O sistema de informação cadastral simplificado (SICS), operacionalizado através do Balcão Único do Prédio (BUPi) está a liderar o caminho para uma nova fase do conhecimento e gestão do território português. Trata-se de um projeto estrutural e inovador que redefine o paradigma administrativo dos processos de cadastro e registo de propriedade e contribui para a transformação na gestão do território, constituindo-se como uma das reformas mais significativas previstas na componente Florestas do Plano de Recuperação e Resiliência. No final de 2023, 145 municípios disponibilizavam balcões de atendimento presencial e registou-se 2 milhões de propriedades identificadas por mais de 300 mil cidadãos e empresas que utilizaram o BUPi para identificar as suas propriedades e a dar o primeiro passo para garantir os seus

direitos. Alavancando de forma sem precedentes um maior conhecimento do território, o BUPi cumpriu os objetivos de alcançar 30% de matrizes georreferenciadas (mais de 1 milhão de hectares) nos 153 municípios do continente sem cadastro predial. A plataforma BUPi tem vindo a expandir-se e inclui um Sistema de Informação Geográfica evoluído, robusto e totalmente assente em infraestrutura *cloud* (Microsoft Azure), onde a sua peça central é o GeoBUPi, uma plataforma de serviços geográficos de alta disponibilidade, escalável, resiliente e segura, que fornece conteúdos a ferramentas como o visualizador BUPi, a App Móvel e os *dashboards* geográficos, mas também a entidades parceiras do projeto. No SIG BUPi são disponibilizados dados como: o algoritmo de dedução da localização de matrizes que ajuda o proprietário a posicionar-se no mapa perto da localização da sua propriedade; a camada de polígonos sugeridos, que ajuda a delimitar o terreno pela homogeneidade do solo ou elementos físicos existentes de forma automatizada; e o algoritmo de ajuste de extremas, que identifica e elimina lacunas ou sobreposições decorrentes do uso da ferramenta de desenho. O visualizador do BUPi foi totalmente reconfigurado para disponibilizar novas funcionalidades e conteúdos que melhoram significativamente a experiência do utilizador com benefícios diretos para um melhor

serviço aos cidadãos, destacando-se: a consulta de várias versões históricas de uma determinada camada (ortofotomapas, carta de ocupação e uso do solo, áreas aridas, entre outras); a comparação simultânea de duas camadas de mapa e análise de informação por cruzamento espacial de dados; a visualização do território tanto em 2D como em 3D, que facilita o reconhecimento pelo cidadão da sua propriedade, em particular em áreas de orografia mais acidentadas, agilizando a sua identificação. Brevemente, será lançada a nova versão da App BUPi, a aplicação móvel gratuita, que dá autonomia ao cidadão no levantamento de coordenadas geográficas no terreno. Esta atualização permitirá a utilização de dados geográficos do GeoBUPi, o funcionamento em modo *offline* e o suporte a uma maior variedade de polígonos. Em todos desenvolvimentos foram envolvidos os seus utilizadores, desde a fase inicial de avaliação da solução existente, passando pela identificação de melhorias e realização de testes, e na avaliação dos resultados. Além do percurso tecnológico, a integração e interoperabilidade de dados de processos administrativos e de registos de propriedade, em articulação com o IRN, a DGT e a AT, vai permitir

concretizar a implementação do Número de Identificação do Prédio (NIP), harmonizando informação da propriedade nas dimensões registal, cadastral e tributária. O NIP é um identificador único, para o proprietário e para a Administração Pública, a lançar no primeiro trimestre do ano em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, que deverá abranger todo o território no final de 2025. Tendo o regime jurídico de cadastro predial consagrado o BUPi como a plataforma única de interface com o cidadão na área predial, reforçando a interoperabilidade entre entidades com atribuições em matéria de gestão territorial, importa continuar a concitar esforços e conhecimento existente e mobilizar os cidadãos e os agentes locais para transformar e construir uma nova realidade territorial. O BUPi, que já disponibilizou o primeiro conjunto de dados abertos em dados.gov.pt, é uma oportunidade a não perder para conhecer o território e abre uma nova era no desenho e implementação de políticas públicas transversais, multissetoriais e holísticas que habilitam uma gestão territorial ativa e proativa. **PF**



◀ Visualizador SIG BUPi - Identificação de prédios com apoio do Algoritmo de dedução da localização de matrizes.



◀ Visualizador SIG BUPi - Navegação em ambiente 3D.



◀ Visualizador SIG BUPi - Funcionalidade que permite comparar 2 camadas geográficas, por varrimento.

SEMINÁRIO SEGURANÇA NO TRABALHO FLORESTAL ESTÁ DE REGRESSO EM ABRIL

A The Navigator Company, em colaboração com a ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho e a ACFML - Associação para a Certificação Florestal do Minho-Lima, organiza, no dia 9 de abril, a segunda edição do Seminário Segurança no Trabalho Florestal, com o objetivo de sensibilizar para a necessidade de cumprir as regras como forma de reduzir os acidentes. O evento decorrerá das 9h25 às 16h, na Escola Agrária de Ponte de Lima, sob o tema “Trabalhar em segurança para ganhar em produtividade”. A participação é gratuita, mas requer **inscrição obrigatória**.

O programa inclui intervenções de representantes da Escola, da ACT, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da ACFML, da AEST - Associação de Empresas de SST e da Inspeção Geral do Trabalho e Segurança Social de Espanha. Estes



abordarão temas como a relevância da certificação florestal e as obrigações das empresas em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho.

As várias vertentes da segurança no trabalho florestal serão discutidas numa mesa-redonda sobre “Como melhorar a segurança e aumentar a produtividade?”, e também por representantes de empresas como a Lugomadera, que discutirá questões relacionadas com a formação e avaliação de riscos, ou a The Navigator Company, que apresentará o seu exemplo de promoção da segurança na atividade florestal. Após o almoço, serão realizadas sessões de demonstração sobre como operar tratores com segurança, a importância dos equipamentos de proteção individual (EPIs) no abate com motosserra, distâncias de segurança, novos equipamentos, bem como um simulacro de acidente na floresta com medidas de primeiros socorros e autoproteção. **PF**

NAVIGATOR LIDERA PROJETO PARA CRIAR UM OBSERVATÓRIO DE MOTORIZAÇÃO ELÉTRICA PARA A FLORESTA

A The Navigator Company lidera o projeto **P2.5 - Impulsionar a motorização elétrica no setor florestal em Portugal** da Agenda Mobilizadora Transform, no âmbito do PPR - Plano de Recuperação e Resiliência, o qual visa criar um Observatório de Motorização Elétrica para a Floresta. Terá como principais atividades o benchmarking de equipamentos e veículos elétricos, híbridos e de hidrogénio adequados para as várias operações florestais: instalação, manutenção, exploração florestal, transporte, e processamento e movimentação de biomassa lenhosa e madeira em parques, bem como os respetivos postos de carregamento, pelo que inclui atividades de investigação diretamente relacionadas com possibilidades de carregamento elétrico em ambiente florestal e nas indústrias florestais. Desta forma, o projeto vai promover o investimento produtivo em equipamento elétrico e fomentar a sua utilização, nomeadamente através da realização de análises de produtividade e investimento, em comparação com outros equipamentos a combustíveis fósseis usados.

Tendo em conta que um dos três grandes objetivos da Agenda Transform é “reforçar o papel das florestas para o objetivo da neutralidade de carbono”, abre-se, com este projeto, uma janela de oportunidade para as indústrias e empresas florestais interessadas em reduzir a sua pegada carbónica, procurando

desenvolver uma solução inédita “Green Deal” para a bioeconomia florestal. Tanto a energia elétrica como o hidrogénio são opções a ter em conta nos equipamentos florestais num futuro próximo, com contributo significativo para a descarbonização. Além de que os veículos elétricos possibilitam ainda outras vantagens para as empresas florestais, como redução de custos, redução no tempo de paragem com a manutenção e maior conforto para o operador pelo baixo ruído e mínima vibração. A partir da ideia-chave de que existem oportunidades de utilização de equipamentos e máquinas elétricas na floresta, quer sejam pequenas ferramentas (como tesouras elétricas de seleção de rebentos de eucalipto), ou máquinas de cortar matos e escavadoras, harvesters e forwaders híbridos ou elétricos, o projeto tenta contornar os desafios que se colocam à eletrificação na floresta, como a baixa autonomia dos equipamentos ou a dificuldade de carregamento em áreas remotas.

Um dos investimentos a cargo da Navigator foi a instalação de uma grua elétrica na sua linha de madeiras da Figueira da Foz, e outra será instalada em Setúbal, sendo mais um passo na redução de emissões de CO₂. A Agenda Transform é um consórcio formado por 58 entidades que pretende a transformação digital das cadeias de valor florestais numa economia portuguesa mais resiliente e hipocarbónica. É composta por 28 projetos colaborativos, dos quais a Navigator participa em 18. **PF**

REGULAMENTO ANTI-DESFLORESTAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA É APLICADO A 30 DE DEZEMBRO

O novo Regulamento Anti-Desflorestação da União Europeia (EUDR), que estabelece regras rigorosas para impedir a entrada, comércio e utilização de produtos no espaço europeu que tenham contribuído para a desflorestação, entrou em vigor a 29 de junho de 2023 e começa a ser aplicado, após o período de carência de 18 meses, no final deste ano. O prazo, para as micro e as pequenas empresas, estende-se até junho de 2025.

Resultado de um longo caminho de negociações, tem três grandes objetivos: minimizar o contributo da União Europeia (UE) para a desflorestação e degradação florestal mundiais; reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) associadas à UE; e reduzir a perda de biodiversidade. As novas regras vão ter implicações globais, uma vez que o EUDR vai impedir que produtos variados, como óleo de palma, soja, café, cacau, madeira e

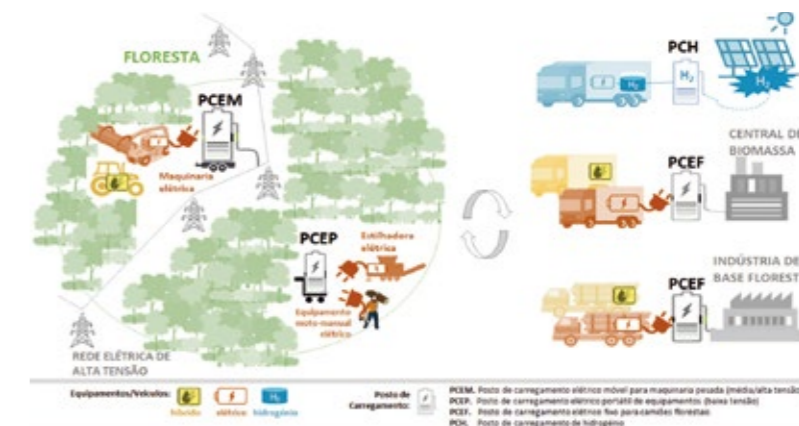
borracha, além dos derivados como mobiliário ou chocolate, sejam comercializados (importados ou exportados) se tiverem provocado desflorestação ou degradação da floresta.

Assim, o regulamento exige que os importadores realizem uma diligência devida para garantir que os produtos que estão a trazer para o mercado europeu (ou a levar para fora do mercado europeu) foram produzidos de forma legal e sustentável. Isso significa que as empresas terão de monitorizar toda a sua cadeia de abastecimento, desde a produção até à entrega final do produto, garantindo que nenhum dos fornecedores esteja envolvido em práticas de desflorestação ilegal.

Ao adotar o EUDR, a UE está a assumir um papel de liderança na luta contra a desflorestação global e a promover uma economia mais sustentável e responsável. **PF**

REN APRESENTA PROPOSTA INOVADORA

O projeto colaborativo “Impulsionar a motorização elétrica no setor florestal em Portugal” contempla uma proposta portuguesa inovadora, desenvolvida pela REN, para disponibilizar o carregamento de energia elétrica a partir de uma ligação direta à rede de alta tensão que atravessa muitas das zonas florestais do continente.



▲ O projeto “Impulsionar a motorização elétrica no setor florestal em Portugal” promove uma solução “Green Deal” para a bioeconomia florestal.

Contacte a equipa de Inovação Florestal da Navigator para saber mais:
jose.luis.carvalho@thenavigatorcompany.com

REVITALIZAÇÃO DAS FLORESTAS: O IMPULSO DO PROGRAMA LIFE PARA O SETOR FLORESTAL NACIONAL

A preservação das florestas não é somente uma preocupação ambiental, como também um componente essencial para o progresso socioeconómico de Portugal. Conservá-las e revitalizá-las por adoção de práticas de gestão sustentável coletivas, não só fortalece a saúde ambiental, como promove o bem-estar das comunidades humanas e da vida selvagem que depende dos seus ecossistemas. De acordo com o Inventário Florestal Nacional divulgado em 2019 (o último estudo concluído), 69% do território nacional continental corresponde a espaços florestais (floresta, matos e terrenos improdutivos), enquanto aproximadamente um terço de Portugal (36%) corresponde a florestas (atualmente, este número pode ser mais baixo, dados os grandes incêndios rurais que têm assolado o território). Isto significa que, em termos

económicos, a floresta tem um papel vital para o crescimento do país, não só através da criação de emprego direto, mas também como fonte de matérias-primas para outros setores, bem como ao nível do turismo. Tudo isto contribuiu para que, desde 2015, o volume de negócio do setor florestal tenha representado aproximadamente 5% do PIB do país. Na última década, 1.250.425 hectares de território agrícola e florestal em Portugal Continental foi consumido por incêndios rurais, dos quais aproximadamente 50% (633.494 hectares) foram área florestal. Uma perda imensurável, não só pelo valor ambiental, como também social e económico da floresta. Urge, assim, proteger e cuidar da floresta e investir na proteção, restabelecimento e melhoria da qualidade do ambiente e das áreas florestais.

O Programa LIFE 2021-2027

O Programa LIFE 2021-2027, estabelecido pelo Regulamento (UE) 2021/783 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, é uma iniciativa da União Europeia orientada para a transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, baseada nas energias renováveis, neutra para o clima e resiliente. Esta iniciativa financeira é destinada a financiar projetos que promovam a conservação da biodiversidade e ecossistemas, o combate às alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável das populações. O Programa encontra-se dividido no domínio do “Ambiente” e no domínio da “Ação Climática”. Dentro do domínio do “Ambiente” encontramos os subprogramas “Natureza e biodiversidade” e “Economia circular e qualidade de vida”, enquanto dentro do domínio da “Ação Climática” temos os

subprogramas “Mitigação e Adaptação às alterações climáticas” e “Transição para energias limpas”. A nível de orçamento para execução do Programa, foram disponibilizados, para o período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2027, cerca de 5,4 mil milhões de euros.

As taxas máximas de cofinanciamento a projetos estratégicos para a natureza (SNAP), projetos integrados estratégicos (SIP), projetos de assistência técnica (TA) e projetos de ação normalizados (SAP), ascendem até 60% dos custos elegíveis e até 75% no caso dos projetos financiados no âmbito do subprograma “Natureza e biodiversidade”. De destacar que qualquer organização, pública ou privada, registada na União Europeia e entidades em países associados ao Programa LIFE, pode candidatar-se. Desde a sua criação até final de 2022, o Programa LIFE financiou 188 projetos em Portugal, com custos totais na ordem dos 293 milhões de euros, dos quais a UE contribuiu com 169 milhões de euros. Em 2023, um total de 396 milhões de euros foi concedido a sete projetos portugueses orientados para a conservação da ria de Aveiro, melhoria do tratamento de águas, ações de arrefecimento do ar, adequação da paisagem para evitar incêndios florestais, investimento nas energias renováveis, inovação energética das infraestruturas das concessionárias de água ou consultoria para a renovação residencial.

O Papel Estratégico do Programa LIFE na Recuperação e Sustentabilidade da Natureza, Biodiversidade e Florestas

O Programa LIFE representa, assim, um firme compromisso do Conselho Europeu na procura da revitalização do ambiente e na inversão da perda da biodiversidade e degradação dos ecossistemas. À data, apenas o aviso “LIFE-2023-STRAT-ENV-SIP-two-stage”, integrado na categoria SIP, se encontra aberto. Com candidaturas passíveis de serem submetidas até 5 de março de 2024, ou até o orçamento disponível ser distribuído, as partes interessadas deverão apresentar projetos inseridos nos subprogramas de “Economia circular e qualidade de vida” e/ou “Mitigação e Adaptação às alterações climáticas”. A ideia passa por apoiar a implementação de planos e estratégias no âmbito da Economia Circular, Gestão de Resíduos, Gestão de Bacias Hidrográficas e Qualidade do Ar. Sugerimos ao leitor manter-se atento às atualizações do portal de oportunidades de financiamento do Programa [\(Funding & tenders\)](#), uma vez que todos os avisos para o ano corrente são esperados serem publicados a 18 de abril de 2024. **PF**



OS SEGUROS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE FLORESTAL

SOFIA VIDEIRA GOMES
ADVOGADA

Segundo a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)⁽¹⁾, é obrigatória a contratação de uma apólice de seguro por risco de acidentes de trabalho. O cumprimento desta obrigação abrange trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes. De ressaltar que a inexistência deste tipo de seguro consubstancia uma infração legal e pode implicar o pagamento de uma coima.

Quanto ao trabalhador independente, existe uma exceção à referida obrigatoriedade, nomeadamente quando a atividade é desenvolvida em seu benefício próprio ou do seu agregado familiar. Neste caso, o seguro de acidente de trabalho é meramente facultativo.

Para que se reconheça um acidente de trabalho importa verificar o cumprimento dos seguintes requisitos: a) um local de trabalho (elemento espacial); b) tempo de trabalho (elemento temporal); c) um nexos causa/efeito entre, por lado, o evento e a lesão, perturbação funcional ou doença e, por outro lado, entre estas situações e a redução da capacidade de trabalho ou de ganho, ou a morte (elemento de causalidade). Para melhor entendimento:

Local de trabalho - todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu

trabalho, e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do empregador.

Tempo de trabalho - período normal de trabalho e o que precede ao seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e que lhe segue, em atos também com ele relacionados, e ainda as interrupções normais ou forçadas de trabalho.⁽²⁾

Assim, caso necessite de contratar um prestador de serviço para a prática de uma qualquer atividade florestal, como, por exemplo, para a prática de limpeza de terreno florestal, saiba que deve, antes de mais, garantir que a pessoa contratada e que pratica a sua atividade de forma autónoma e independente contratou um seguro de acidentes de trabalho. No caso de estar a contratar uma empresa para exercer a referida atividade, será esta a entidade responsável por assegurar que os seus trabalhadores estão abrangidos por um seguro de acidentes de trabalho. Para uma segurança reforçada, poderá ponderar a contratualização adicional de um seguro de responsabilidade civil (facultativo). É, aliás, de referir que, segundo a ASF, este é altamente aconselhável, dado o elevado risco de danos a terceiros derivado do exercício da atividade de limpeza em terrenos florestais. **PF**



(1)- Cf., www.asf.com.pt (2)- Cf., Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 25.05.2018 (Proc. n.º 79/16.3T8CTB.C1)



“O MUNICÍPIO DE AVEIRO QUER DESENVOLVER UMA PRESENÇA DA FLORESTA MAIS FORTE”

Qual o papel da atividade florestal na dinâmica económica do concelho de Aveiro?

A atividade florestal tem uma relevância muito especial e de caráter único no Município de Aveiro, escolhendo, para o explicitar, quatro aspetos principais respeitantes aos três setores de atividade económica:

1. Uma mancha florestal de propriedade privada e de produção que ocupa uma área importante a nascente do Município;
2. A Reserva Natural das Dunas de São Jacinto é uma mancha florestal que tem o pinheiro como principal espécie e que cumpre uma função relevante na zona dunar a poente do Município, na relação da frente atlântica com o Canal de Ovar da Ria de Aveiro;
3. O Centro de Investigação RAIZ, localizado em Eixo, especialmente dedicado ao eucalipto, sendo uma entidade de referência a nível nacional e internacional na área da investigação e desenvolvimento de produtos tendo como base as fibras do eucalipto;
4. O complexo industrial da Navigator, com 70 anos de presença em Aveiro, com uma modernizada fábrica de pasta de papel e uma moderna fábrica de papel *tissue*.

É neste âmbito de uma atividade florestal bem presente nos setores primário, secundário e terciário da atividade económica, que o Município de Aveiro quer desenvolver uma presença da floresta mais forte, com o cuidado noutras frentes importantes da sua relevância, nomeadamente no que respeita à preservação da biodiversidade e à captura de carbono que nos permite reduzir a nossa pegada ecológica.

Que projetos e iniciativas desenvolve a autarquia em prol da sua área florestal?

A Câmara Municipal de Aveiro tem devidamente organizados os serviços do Gabinete Técnico Florestal, devidamente articulados com os serviços de planeamento do território e de proteção civil, cuidando da gestão do ordenamento do território e dos respetivos instrumentos de gestão territorial, assim como das operações de limpeza de caminhos rurais e de manutenção em boa condição de baixo risco de incêndio as parcelas de terreno das zonas adjacentes às áreas urbanas e as faixas de terreno confinantes aos arruamentos.

No âmbito do Programa Ação Educativa do Município de Aveiro, desenvolvemos e apoiamos vários projetos de educação ambiental na Comunidade Educativa, com um lugar sempre cuidado para a árvore e a floresta.

Quais os principais desafios e oportunidades da floresta no futuro do município e dos municípios?

Na lista dos principais desafios e oportunidades da floresta está a ativação de uma Central de Biomassa que permita uma equação técnica e financeira sustentável para a permanente limpeza da floresta e dos matos, com base na receita gerada pela produção da energia.

O apoio à Associação Florestal do Baixo Vouga no seu importante trabalho de certificação florestal e de associação de propriedades para qualificar a produção florestal e reduzir o risco de incêndio, é uma área de oportunidade e desafio ao nível do Município e da Região de Aveiro. **PF**

FICHA TÉCNICA

Edição e coordenação: Direção de Comunicação e Marca / **Diretor:** Rui Pedro Batista

Paginação: McCann / **Conteúdos:** Key Message Comunicação Estratégica

Proprietário/Editor: The Navigator Company

Morada e sede da redação: Av. Fontes Pereira de Melo, 27, 1050-117 Lisboa

Impressão: Impresso em papel Inaset Plus Offset 110 g/m², tendo por base florestas com gestão responsável. Isenta de registo na ERC, ao abrigo do Dec. Reg. 8/99, de 9/6, art.º 12.º n.º 1-a). Depósito Legal n.º 0000/18

Periodicidade: Trimestral / **Tiragem:** 15 000 exemplares / **Gráfica:** Sprint

PUBLICAÇÃO GRATUITA



Em 2023, a Navigator foi novamente classificada como empresa de baixo risco para investidores e reconhecida pela Sustainalytics como uma ESG Industry Top Rated company.

II Seminário Segurança no Trabalho Florestal

Trabalhar em segurança para ganhar em produtividade

9 abril | 2024

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA
DE PONTE DE LIMA



Parceiro
**PRODUTORES
FLORESTAIS**



Quer que o seu negócio seja um Parceiro Produtores Florestais?
Saiba como através do e-mail: revista@produtoresflorestais.pt